



TRANSCRIÇÃO DA AULA MAGNA SOBRE DEMOCRACIA E CRISE DEMOCRÁTICA: Reflexões de Ana Lia Almeida e de Heloísa de Sousa

Giovanna Ignowsky Borba¹

Graduanda em Direito pela Universidade Federal da Paraíba.

Victor de Oliveira Martins²

Graduando em Direito pela Universidade Federal da Paraíba.



Figura 1: Apresentação da Aula Magna promovida pela DHT em parceria com o CAMM/DCJ/UFPB para a Semana de Integração Acadêmica do período de 2022.2. Na mesa: Victor Martins, Heloísa de Sousa e Ana Lia Almeida (da esquerda para a direita).

A transcrição aqui apresentada resultou da gravação de uma das atividades que compuseram a Semana de Integração promovida pelo Centro Acadêmico Manoel Mattos (CAMM) do curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em Santa Rita, em parceria também com a Revista Direitos Humanos e Transdisciplinaridade (DHT).

¹Pesquisadora de Iniciação Científica (PIBIC-UFPB) do projeto "Direito, tecnologia e personalidade eletrônica: as novas fronteiras do Direito Civil". Editora chefe da Revista Direitos Humanos e Transdisciplinaridade. giovanna.ignowskyb@gmail.com.

² Pesquisador bolsista CNPq do Projeto "O Supremo Tribunal Federal e a Crise Democrática: controvérsias públicas em torno da acusação de 'ativismo judicial'". Membro do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Decolonialidades e Movimentos Sociais da Universidade Federal da Paraíba. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco (GEPERGES/UFRPE). Editora chefe da Revista Direitos Humanos e Transdisciplinaridade. vicdeoliveiramartins@gmail.com.



Como de costume, as semanas de integração no curso de direito em Santa Rita se propõe a recepcionar as turmas ingressantes, ou seja, os primeiros períodos do curso, a partir de diversas atividades ao longo de uma semana, tais como: rodas de diálogo, mesas temáticas, exposições artístico-culturais, palestras e aulas magnas. Em outros tempos, as aulas magnas eram compostas por professores e profissionais do direito que, por terem expertise técnica sobre determinado assunto, eram convidados a ministrarem assuntos específicos da área jurídica, a exemplo de direito civil, direito penal, direito tributário, entre outros assuntos considerados “mais dogmáticos” no curso. Professores e profissionais estes que, em sua maioria, eram e ainda são compostos por acadêmicos homens, brancos, cisgêneros, heterossexuais e de classe média alta.

A ação-reflexão proposta pela Revista, tanto na organização da referida aula magna, quanto na transcrição das falas das convidadas, se encaixa em um contexto de reverter premissas normatizadas em torno das aulas magnas, quais sejam: 1) de que há um perfil pré-estabelecido de quem pode ser convidado para ministrar a aula; e 2) de que o tema central deva ser acerca de um tema jurídico considerado dogmaticamente relevante. Nesse sentido, no dia 02 de março de 2023, durante o turno da noite (18h-20h), no auditório do Departamento de Ciências Jurídicas (DCJ) do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da UFPB, ocorreu uma aula magna sobre Democracia e Crise Democrática, que contou com as presenças convidadas de Ana Lia Almeida e de Heloisa de Sousa, com mediação do Coordenador Geral do CAMM à época e Editor-Chefe da Revista DHT, Victor de Oliveira Martins.

Ana Lia Almeida é professora de Teoria do Direito no DCJ do curso de Santa Rita há 14 (quatorze) anos. Ela é doutora em Ciências Jurídicas pela UFPB, com enfoque no tema da Educação Jurídica, atuando com Assessoria Jurídica Popular na extensão e com as teorias críticas ao Direito na pesquisa. Atualmente é vice-chefe do DCJ e também atua no movimento docente da UFPB, além de ser escritora.



Heloisa de Sousa, por sua vez, é doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e militante da Marcha Mundial das Mulheres. Trabalha na área de comunicação popular, com experiência em assessoria de imprensa a movimentos populares e instituições públicas, atualmente exerce função de editora-chefe do jornal Brasil de Fato, sucursal Paraíba.

As falas adiante refletem a necessidade de ter uma mesa composta por militantes de movimentos sociais populares para discutir Direito e as ciências jurídicas, ao passo em que materializam um discurso que se constrói a partir da luta concreta. Afinal, como destaca Heloísa em sua fala final:

Helóisa de Sousa: Então, é nesse sentido que nós, movimentos sociais populares, estamos analisando esse momento e percebendo que no mundo inteiro as democracias estão sob ataque e, ao mesmo tempo, percebendo que a gente precisa se organizar, a gente precisa avançar, a gente precisa se fortalecer, a gente precisa entender que o povo e, só o povo organizado em luta, consegue lutar pelos seus direitos, conquistar os seus direitos e manter a democracia viva e avançar para um outro sistema que não seja esse que degrada, que mata, que polui, que exclui e que entristece tanto a todas nós e a todos nós.



Figura 2: Mesa da Aula Magna composta por (da esquerda para a direita) Victor Martins, Heloísa de Sousa e Ana Lia Almeida



Ana Lia de Almeida: Na periferia da capital, João Pessoa, numa cidade que é uma das cidades mais violentas do país, Santa Rita; um curso que tem uma projeção nacional pelo destaque que dá à discussão dos Direitos Humanos, ao mesmo tempo que é um curso absolutamente precarizado. Os estudantes e as estudantes que estão aqui e são de outros cursos da UFPB façam suas comparações, mas comparado ao curso de João Pessoa, por exemplo, somos um curso recente, com 14 anos, e eu sou da 1ª geração daqui, e o teto cai sobre nossas cabeças. Vocês já repararam, novos estudantes, que estão numa sala que não tem ar condicionado, nem tem ventilador e que fede a cocô de bicho porque não existe uma política, também, de lidar com os animais na UFPB que funcione. E é um retrato, a sala de vocês é um retrato dessa tamanha precarização da educação superior no país, que convive também com processos contraditórios de ser reconhecidamente um centro de excelência do ponto de vista de uma educação crítica. A gente tem projeção nacional relacionada a esse reconhecimento.

Então, a primeira provocação é essa: qual é o momento da história do mundo e do país em que vocês adentram esse auditório e começam, portanto, a participar da política educacional da educação superior no Brasil? E, aliado a isso, qual é o papel de vocês, a partir de agora como estudantes de Direito, nesse momento histórico? Existe um papel? Não existe? O que é que vocês têm a ver, agora, como estudantes de direito, com esse momento? Como vocês podem se perceber nesse momento e, mais do que se perceber, levantar possibilidades de agir nesse momento histórico? Então, são essas as provocações que vão permear os próximos minutos aqui, na nossa conversa. E essa conversa tem um pressuposto, também, já que ela acontece a propósito de uma crise democrática. O tema da mesa é a crise democrática. Então que democracia é essa que a gente fala quando levanta a existência de uma crise democrática no Brasil e no mundo?

Bem, antes de caracterizar alguns elementos dessa crise aqui com vocês, eu queria situá-las e queria situá-los que, quando eu falo de democracia, eu não estou falando simplesmente de um sistema de participação do Estado, um sistema político eleitoral, algo que nos faz votar e ser votado, ou que nos leva a eleger representantes da política representativa. Não é disso simplesmente que eu estou falando ao reivindicar o termo “democracia”. Numa linhagem um pouco mais crítica da democracia, quando a gente levanta esta categoria que é em si um valor, a gente



está falando de um processo muito mais amplo que está diretamente ligado a um processo de conquista de direitos, especificamente preocupados com as conquistas de direitos pelas classes populares, porque as elites já têm os seus direitos garantidos. Então, falar em democracia é muito mais do que falar em Estado, em sistema eleitoral, e tem muito mais a ver com falar num processo de conquista de direitos por quem, evidentemente, não tem esses direitos conquistados, isso nos importa mais. Daí que falar em democracia é pensar em como fazer avançar esse modelo de viver em sociedade que vai propiciar às pessoas subalternizadas, às pessoas excluídas, deem o nome que queiram dar, eu estou aqui chamando de “classes populares”, que também não tem lá o máximo rigor; mas eu estou falando das pessoas que são postas na periferia dos direitos, na periferia da ordem social (...) Com elas eu me importo mais, ao falar em democracia.

É a partir da luta por esses direitos dessas classes e grupos subalternizados que eu estou inserindo aqui nessa conversa a categoria de democracia. Então, democracia é a gente ter política de moradia, de habitação, ter política de trabalho. É a gente ter política contra a fome num país que viu crescer a miséria e a fome vertiginosamente nos últimos anos. É a gente falar no acesso à educação pelos trabalhadores, pelas pessoas do povo, porque as elites sempre tiveram acesso à educação. Então, falar em “direito à educação” é falar que todo mundo tem direito de estudar e de se formar e de ter uma leitura de mundo que faça avançar as plataformas democráticas, do ponto de vista das necessidades das classes populares. Eu estou falando disso, isso é um pressuposto da minha abordagem aqui nessa conversa sobre crise democrática, certo?

Então, a partir disso, como que a gente pode lançar alguns elementos para caracterizar essa crise da democracia? Primeiro dizer que quando, geralmente, se fala em crise democrática, a gente não está olhando só para o Brasil e nem só para o Brasil desse momento. Existe uma leitura, do ponto de vista das ciências sociais, de que está em curso uma crise global de modelo de sociedade, que vai muito para além do modelo econômico. É uma crise de valores, é uma crise social, é uma crise econômica também bastante aprofundada, mas ela não se reduz à uma crise econômica. E alguns especialistas apontam que essa crise já vem se arrastando há, pelo menos, duas décadas. Há também quem aponte, dentro de certa linhagem/leitura das ciências sociais, que essa é uma última crise do capitalismo, de



que o capitalismo não irá se recuperar dessa crise no modo que o capitalismo se recuperou de crises anteriores e fez com que fossem cíclicas, porque o estudo do capitalismo é um estudo de frequentes crises que se superam, então ele supera essas crises e se fortalece. Existem leituras que hoje (...) Enfim, eu não sou especialista dessa área, mas me parece bastante razoável argumentar que O Capital passa por uma crise profunda, bastante profunda. É lógico que antes de ele morrer definitivamente e virar outra coisa, que a gente não tem a menor ideia do que se tornará, mas existe um pressuposto histórico de que nenhum modelo social dura para sempre. O feudalismo, por exemplo, foi a coisa que mais durou, percebam, durou 15 séculos, enquanto o capitalismo durou 4 séculos. Então, é bastante razoável acreditar que o capitalismo um dia chegará ao fim.

Talvez isso coincida com o fim do Planeta Terra, porque é um modo de existência bastante depredador das energias que circulam no Planeta Terra, no momento em que a gente está com o ar totalmente poluído, consumindo o gás todo, a água, a questão energética, catástrofes difíceis de considerar a sua regressão, é também plausível imaginar que o Mundo acabe antes que o capitalismo acabe; isso é um ponto de vista, também, bastante razoável. Mas, enfim, por hora apenas situar que, como eu estou falando nessa categoria de que existe uma crise da democracia em curso, ela é uma crise situada em uma crise muito mais ampla e global, que está muito para além do nosso país. Envolve um sistema, um modelo, uma forma de viver que se consolidou nos últimos séculos, em termos de momento histórico. No meio dessa crise global, os especialistas também vem apontando uma percepção de que existe um crescimento de uma onda conservadora no mundo, já ouviram falar disso? Então, isso também não é um fenômeno particular do Brasil. Globalmente falando, forças de conservação da ordem, ou até mesmo de “conservação e progresso”, são termos muito relacionais, né? Eu digo “Ah, você é um conservador!”, em relação à quem? Então, a gente olhar para uma posição conservadora hoje, às vezes significa falar em forças sociais que querem retroceder, e não conservar, entendem? Apenas pontuando aqui que essas categorias são todas relacionais.

O que é ser “progressista”? O que é ser “conservador”? Isso tudo, esses “xingamentos” são relacionais e eles acontecem em meio a disputas ideológicas muito intensas. Mas, enfim, existe uma leitura inquestionável de que, no mundo todo, forças ligadas à conservação da ordem, forças conservadoras, vem crescendo no



mundo e no Brasil, isso não foi diferente nos últimos anos. O emblema dessa ascensão de forças conservadoras no Brasil certamente se situa 1 mês e pouco atrás, no dia 8 de janeiro de 2023, quando a gente viu um monte de gente invadir o Congresso Nacional, o STF, e também o legislativo (...) Não [sussurro] judiciário, executivo... É, o Senado, né? O Congresso, o STF e o Palácio do Governo, o Palácio da Alvorada, o Executivo. Para a gente entender aquela cena ali que paralisou o país, evidentemente a gente precisa pensar num contexto anterior. Se a gente for para um momento mais remoto, para uma anterioridade mais distante, em que nós não estávamos sequer vivos aqui, acho que ninguém, uma origem desse emblema de crise democrática a gente certamente situará no momento ali da retomada democrática, que é um período que a gente costuma se referir com esse nome, né, “retomada democrática”, a um período de superação da ditadura civil-militar aqui no Brasil. Então, é aquele momento ali em que, olhando para o Direito, a gente tem a cena da formação da constituinte e a promulgação da Constituição de 88, a grande marca né. E nem por ser um documento jurídico, não por isso, mas a Constituição e o processo da constituinte, ali nos anos 80, foi um processo onde houve uma retomada de uma plataforma de democracia, interrompida no Brasil pela ditadura militar dos anos 60 e 70.

Por que existe uma conexão direta entre um momento e outro? Sobretudo pelo fato de que as razões históricas que motivaram a instauração de um período de ditadura civil-militar aqui, estão relacionadas justamente a um período de disposição de forças que estavam na gestão do Estado a aprofundar um pouco mais a plataforma democrática, as reformas de base todas. Tudo isso, às vésperas de 64, estava em vias de querer acontecer. Reformas sociais nunca antes vistas aqui no Brasil. Isso tudo foi interrompido pelo golpe e com a superação desse momento da ditadura no Brasil, a gente teve um momento aqui de imediata conexão com o 8 de janeiro, que foi o modo como a gente encarou, enquanto sociedade, a questão da responsabilização dos agentes civis e militares pela interrupção democrática que se deu ali. Então, a pauta da anistia ela conecta diretamente ali os anos 80 com esse momento histórico do início deste ano.

Por que? Porque forças que não foram superadas lá atrás, que se deixaram continuar subsistindo e até mesmo dominando certos âmbitos da cena política brasileira, elas continuaram acumulando intensidade de modo a possibilitar



rearranjos que o bolsonarismo no Brasil conseguiu articular de uma maneira muito eficaz. Qual é a grande sacada do bolsonarismo? É conferir um enorme apoio popular a pautas que, desde os anos 60 e 70, estavam ali sendo encaminhadas e que houve um refreamento com a retomada democrática; e, sobretudo, após o período ali de mais ou menos 15 anos da “primeira era PT”, foi minimamente retomado em termos de plataforma de direitos sociais. Então, para a gente entender o que aconteceu ali, aquela intensidade das forças de conservação que assaltaram o Estado brasileiro em janeiro, com a intenção de efetivar um golpe de Estado de uma maneira fortemente articulada e não episódica (...) Não foi um episódio isolado, não foi um simples assalto, um protesto, uma coisa assim que aconteceu naquele dia e pronto. Houve uma preparação de muito investimento social e econômico para que aquilo acontecesse, em função de um cenário de vitória eleitoral do governo Lula em 2022; e diante, portanto, da possibilidade de se retomar algumas pautas que ficaram suspensas e que não conseguiram ser devidamente aprofundadas, do ponto de vista dos direitos sociais, desde os anos 80 no país.

Esse é um ponto de conexão um pouco mais remoto. Se a gente fizer um esforço analítico de tentar pensar um momento bastante posterior, e todos nós o vivenciamos com o 8 de janeiro; mas, ainda assim, um emblema importante, eu situaria esse momento em 2016, com o processo do golpe e impeachment de Dilma. Por que? Por que aquilo ali também foi uma reação das forças de elite às plataformas de garantias de direitos que o governo do PT buscava assegurar nos 15 anos em que estiveram em função do Governo Federal. Veja, a gente não está falando aqui, de maneira nenhuma, numa ameaça comunista, numa instauração do socialismo. A gente está falando de Bolsa Família, a gente está falando de empregada doméstica andando de avião, algumas, né, muito poucas (...) A gente está falando de filhas de trabalhadores estudando nas Universidades Públicas, de cotas. É disso que a gente tá falando, que é muito longe do comunismo, muito longe do socialismo. E isso se trata de garantias de direitos sociais mínimos do pacto democrático dentro do capitalismo. Então, com o golpe de Dilma, esse momento foi interrompido, esse momento de conquista. Se a gente olhar direitinho, o primeiro governo de Lula avançou muito mais, o segundo já foi muito mais para o campo da austeridade e o de Dilma nem se fala. O de Dilma foi um desastre total e completo do ponto de vista de decepção nos arranjos dos avanços nesse aprofundamento democrático.



Aí também tem esse elemento de como as questões políticas estão amalgamadas, misturadas, a dimensão econômica é composta da dimensão de gênero, da dimensão étnico-racial (...) Então, porque eu estou trazendo esse resgate para, já me encaminhando pras conclusões, amarrar aqui com vocês uma reflexão sobre o momento em que vocês entram hoje aqui na faculdade de Direito de Santa Rita, em que o ventilador não está funcionando, o ar-condicionado tampouco e o teto está cheio de buraco, prestes a cair nas nossas cabeças? Não é um relato episódico de um departamento da UFPB. Os cursos da UFPB estão absolutamente imersos em problemas estruturais graves que dizem de um total e completo “desinvestimento” na área da educação. Essa conexão que eu quero amarrar aqui, sabe? Porque os últimos anos contaram a frente com a política educacional do país (...) E eu estou falando da educação porque é aqui, é onde a gente está, mas é óbvio que estou relacionando isso à plataforma de ataque dos direitos que aconteceram nos últimos anos, com o governo Bolsonaro, de parâmetros morais para pautar as políticas públicas num sentido de maior conservação, de sufocamento das pautas ligadas à diversidade de gênero e sexualidade. Mas, eu vou aqui mencionar simplesmente o ataque à educação, à ciência, à produção de conhecimento, muito conectado, por sua vez, com a gestão da pandemia.

A gestão da pandemia só pôde ser tão desastrosa no Brasil porque contou com esse caldo de descrédito do conhecimento, de descrédito da ciência. Então, esse foi um elemento que está muito longe do periférico. A gente pode dizer que a gestão do governo Bolsonaro, da educação e da pandemia, está altamente conectada com esse elemento aí (...) Anticiência, anti estado, no sentido de que quanto menos política pública, melhor, nessa versão liberal da coisa, só que absolutamente misturada com interesses retrógrados do ponto de vista dos limites entre Estado e religião, que nos afetou tanto. Então, assim, houve uma verdadeira agenda de morte, né? A coisa da necropolítica que o Achille Mbembe vem trabalhando e vem sendo muito (...) É uma via interessante para a gente pensar. Como que existe uma gestão da morte, uma promoção de políticas de morte que não são simplesmente equivalentes (...) Percebam e, com isso, já vou concluir, tá? Como que a gente chama de discurso de ódio?. Falar em discurso de ódio é minimizar muito o impacto da condição dessa política. O que existe é uma política de morte, que ataca de direitos, que impossibilita que as pessoas tenham acesso à saúde, acesso à educação, acesso a uma plataforma mínima ali de (...) Eu não vou nem mais falar



em aprofundamento da democracia, mas de garantir a democracia burguesa, sabe? Em termos capitalistas, burgueses mesmo, mas no sentido de todo mundo ter um pouquinho de igualdade formal. É disso que a gente está falando.

E aí, assim, o que a gente faz hoje? E, voltando para esse emblema de crise democrática que é o 8 de janeiro, o que significa aquilo ali para a gente da educação? Para vocês estudantes de Direito e para a gente do Direito? Primeiro que, fazendo uma ressalva, é muito difícil a gente conferir sentido analítico a uma coisa que acontece hoje, sentido histórico (...) As chances de errar são muito altas. Porém não tem como a gente se posicionar coletivamente, nas lutas políticas, sem fazer essas leituras. Então, a gente faz as leituras, mas é uma leitura com uma finalidade muito mais de posicionamento político, do que de uma reflexão histórica amadurecida.

Há dois intelectuais que estão na cena hoje examinando o significado do 8 de janeiro, que é o Vladimir Safatle e a Virgínia Fontes, que valem a pena, que eu recomendo que vocês procurem no Google, eles têm dado entrevistas e tudo. São divergentes as leituras deles. O Safatle está argumentando que o 8 de janeiro significa um fortalecimento das forças de conservação no país. Significa que apesar de ter havido uma vitória eleitoral de Lula e um grande acordo de consenso de forças socialmente muito diversas e, até mesmo, antagônicas (...) Mas, o bolsonarismo continua mais forte do que nunca, essa é a análise do Safatle. E que, enfim, a gente só vai conseguir responder a isso se voltar às raízes do pós-ditadura, se voltar à pauta da anistia, mas sem nenhuma ilusão de que está tudo certo agora, que Lula está no Governo Federal e que a gente vai voltar a ter uma vida tranquila que eu acho que a gente nunca nem teve. (Risos). Enfim, essa análise está na cena né, e como o Safatle é um intelectual bastante conectado com as “forças de esquerda” (...) A Virgínia Fontes, por sua vez, tem uma percepção um pouco menos pessimista. Ela diz “olha é verdade que o Bolsonarismo está muito forte ainda” mas, na avaliação dela, a resposta institucional foi dada. Foi uma resposta adequada, porém, isso não significa que nada está garantido. Os dois, ao meu ver, convergem em uma leitura e, com isso, eu encerro, que eu convirjo também nessa leitura (...) Se a gente, vocês como estudantes de direito, eu como professora do movimento docente, como mulher feminista, se a gente simplesmente cruzar os braços e ficar nessa esperança linda e maravilhosa de que o amor venceu o ódio (Ironia) (...) E que agora a política pública se fará ao nosso favor, a gente vai sentar num buraco mais profundo do que



a gente estava lá atrás. É hora, ao meu ver, de mobilização, de resgaste de uma cultura política de enfrentamento, de reivindicação de direitos e aproveitando que o nosso dia a dia é um dia de falta de direitos, é um dia de violências, infelizmente, a gente tem que fazer do nosso dia uma bandeira de luta. Não é porque a gente queira, que a gente ache bonito, nem que ache legal, é porque é uma necessidade histórica.

Bom, esses são alguns elementos que eu queria colocar para começo de conversa. Satisfeita porque algumas pessoas se incomodaram. Algumas saíram, outras ficaram. E é importante que se incomodem, que a gente confronte visões de mundo, sobretudo, possibilidades de ação.

Muito obrigada. Helô, é contigo agora.

Heloisa de Sousa: Então gente, falar sobre depois de Ana Lia é fogo, viu? (Risos) É uma honra estar nessa mesa com Ana Lia, que é uma referência, que é uma pessoa maravilhosa, tenho certeza que é uma professora divina também. Nunca pude compartilhar de uma sala de aula com ela, mas tenho certeza que pela atuação política, pela pessoa que ela é, deve ser uma educadora maravilhosa. Então isso é muito importante, é o que faz a universidade pública.

Mas, para começar, eu gostaria de dar uma boa noite a vocês, agradecer por estar aqui. Obrigada pelo convite, pela parceria aqui com Ana Lia, por vocês estarem aqui nos ouvindo. É muito importante a gente ocupar esse espaço da universidade, para falar de uma questão tão importante que é pensar a democracia nesse contexto de mundo que a gente está vivendo e pensar o Brasil. E queria dizer a vocês que é muito bonito de ver um monte de bicha, de lésbica, de sapatão, de trava, aqui sentadas nessas cadeiras, que é muito bom ver jovens, ver senhores, ver senhoras, porque essa é a diversidade. Esse é o povo brasileiro. Ver negras, ver negros. Somos nós e, é a respeito disso, que quando a gente fala de democracia a gente tá refletindo e questionando e principalmente vocês que estão no curso de direito. Quando Ana Lia estava falando eu estava refletindo: existe um direito que tá na norma e que se fosse pelo direito que tá na norma, estaria tudo certo. Nós temos direito à moradia, todo mundo tem direito à educação, todos são iguais perante a lei, não é o que está na norma? Não é o que rege o nosso país? É a constituição. Então tudo lá, está tudo certo, o direito está lá. É crime matar alguém. O homicídio é crime. O racismo agora é crime também. Então está tudo certo. Se está tudo certo, se está na norma, por



quê a gente luta? Por que os povos têm que lutar? Então é desse lugar que eu venho refletir e falar aqui com vocês.

Eu sou Heloisa de Sousa, faço parte do movimento feminista que se chama Marcha Mundial das Mulheres, a gente construiu junto com a articulação, com outros movimentos sociais, várias frentes de luta, como a gente costuma dizer, justamente reivindicando o direito dos povos se autodeterminarem, o direito das pessoas existirem, o direito das pessoas terem alimento, coisa básica, porque sem alimento a gente morre. De terem acesso à saneamento, à água, de terem direito mesmo de sobreviver nesse mundo que é “pegado”. Hoje a gente tem no Brasil um déficit de moradia enorme. Então, assim, é o mínimo que o ser humano deve ter para viver, é o direito a ter um lar, uma casa, enfim, algo que possa voltar, que possa descansar, que possa se banhar, cozinhar. E a gente tem hoje no Brasil várias pessoas que têm esse acesso à moradia negado. Então é sobre isso quando a gente fala sobre Direito e reflete sobre Direito. É nesse sentido que a gente precisa, enquanto estudante, também refletir. Vocês estão em um curso de Direito para fazer valer a Lei, de fato. Que as pessoas, os povos e a diversidade existam. Ou vocês estão apenas para operacionalizar um conjunto de normas?

Então acho que isso é importante. Isso diz muito a respeito do momento do que a gente está vivendo. Faço essa introdução para a gente pensar o que foi o dia 08 de janeiro com vistas ao processo. É como Ana Lia estava falando, é um processo. A culminância de uma série de fatores históricos, que culminou ali no dia 8 de janeiro. Queria só refletir um pouco. Se fosse o movimento dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais sem terra, o MST, que não precisava nem ter entrado no STF, nem no Congresso, nem no Palácio do Governo, nem precisava ter entrado, se chegasse só no espelho d’água ali, como que seria a reação das forças policiais? Completamente diferente. Então a gente precisa entender, voltar um pouquinho (...) Lógico que a gente pode voltar desde a ditadura militar, a falta de justiça perante as torturas, as mortes e os assassinatos que aconteceram nesse período (...) A questão da anistia. A gente pode questionar tudo isso. Mas pegando um fato histórico mais recente, pensemos no golpe contra a Dilma, nos votos que foram dados, nas justificativas que foram dadas durante aquele momento. Eu diria que a democracia começou a ruir nesse período mais recente, quando o voto foi dedicado ao “brilhante Ustra” naquela casa da democracia contra uma presidenta, a primeira mulher



presidenta do Brasil e não houve nenhuma reação jurídica contra esse atentado à democracia dentro da casa da democracia. É um absurdo!

Então quando a gente pensa no dia 8 de janeiro, a gente tem que pensar em várias dimensões. Enquanto movimentos populares, a gente pensa em várias dimensões. Tem essa dimensão institucional, das instituições brasileiras, das instituições que deveriam ter agido e não agiram, foram omissas e aceitaram. E a gente tem a dimensão da luta, do povo que foi à rua e reagiu e resistiu e disse que era golpe, disse que não aceitava. Do mesmo modo a reação popular do bolsonarismo que concordou com tudo o que aconteceu e que parte da população também concorda.

Agora, é como Ana Lia falou, o que a gente vem vivendo não é algo exclusivo no Brasil, no ponto de vista do Brasil. Vejam que no mundo inteiro a democracia está em crise, porque falar em democracia mesmo, essa democracia burguesa, é falar dessa universidade aqui, dessa possibilidade de estarmos aqui na universidade colorida, diversa, do jeito que a gente é. E, por outro lado, o capitalismo quer o máximo lucro, o capitalismo quer que a gente trabalhe 14 horas por dia sem nenhum direito, sem reclamar e ainda se acha empreendedor. É isso que o capitalismo quer, não quer mais dar o mínimo de bem estar de direito a ninguém (...) Que é o mínimo é ter uma carteira assinada, é ter o direito à saúde pública, à vacina. É o mínimo (...) Saber que ao fim do mês vai ganhar um salário. Você imagina um uber ou uma pessoa que trabalha com isso, com entrega. Se ela se acidentar, ela vai ficar sem nada, ela não sabe quanto que ela vai ganhar no fim do mês, porque ela ganha pela hora trabalhada. Ifood que trabalha toda hora, se quebrar a bicicleta, quebrar a moto, vai ter que dar um jeito, ela mesmo vai ter que consertar. Mas, a gente está falando de algo que é muito mais complexo.

O sistema capitalista é econômico, mas ele também é cultural. Ele é arraigado de valores culturais. É uma discussão muito complexa mas tem muita gente fazendo essa discussão que é (...) vejam o patamar das relações sociais que nós temos hoje e como esse patamar de relações sociais favorece o fascismo, que é a destruição do outro. A destruição de tudo o que é diferente de mim. O que é diferente de mim eu destruo, eu não quero conviver, tolerância, não. Todo mundo tem que ser igual a mim, tem que ser o homem, hétero, branco, protetor da família (...) Deus, Pátria,



Família e pronto. E a mulher tem que ser bela, recatada e do lar e enfim, esses padrões. (Ironia).

E vejam todas essas questões. Aqui tem um monte de jovens. Vejam todas as questões que se entrelaçam com as redes sociais (...) Quais redes sociais que a gente está aqui o tempo?. Vejam que isso tudo perpassa a gente, como a gente cancela facilmente as pessoas nas redes sociais, como a gente pode ser cancelado. Como é muito fácil, muito simples, falar coisas horríveis nas redes sociais e sair ilesas. Dá meio que uma proteção. Você não está olhando no olho de ninguém, não está tendo contato com ninguém. Então trazer um pouco esse elemento porque nós estamos nesse estágio do capitalismo onde nós temos as comunicações como o “top” do lucro no mundo e como isso perpassa as nossas relações tanto para o bem, quanto para o mal.

E aí, tem um outro elemento que a gente precisa refletir bastante que é essa questão do momento que a gente tá passando. É uma crise do capitalismo profunda, a gente tá num momento em que precisamos reverter esse momento porque há uma destruição enorme da diversidade, da biodiversidade, da natureza, das florestas, de tudo. E nesse momento, já existem forças do capitalismo querendo se apropriar desse discurso, da sustentabilidade, do respeito à diversidade, do respeito às LGBT, que também dá essa noção do social, de respeitar aos povos indígenas, de entender que não dá pra levar o planeta até o limite. Nesse momento existe tanto setores da elite disputando isso, quanto nós, movimentos populares, que temos as soluções, que estamos executando essas soluções, porque na prática a gente já tem práticas ecológicas, os povos indígenas já convivem com a floresta e já tiram o proveito dos próprios produtos das florestas, com respeito à água, aos animais, enfim. Todo esse sistema aí está em disputa nesse momento, que é o que a gente precisa também dar um “start” e perceber a disputa para onde está indo o capitalismo no Brasil, no centro disso tudo.

Quando a gente está falando do dia 8 de janeiro, a gente está falando de uma série de elementos que culminaram neste 8 de janeiro. A gente está falando de as instituições democráticas que não agiram quando crimes foram cometidos, nas redes sociais, na casa da democracia, nas ruas, pedindo volta do AI-5, tortura, enfim, milhares de crimes foram cometidos, as instituições brasileiras não se posicionaram nesse sentido. Existiam elites e setores da elite que tinham interesse de que



Bolsonaro assumisse o poder, continuasse no poder, para retirar todos os direitos que foram retirados, todos os investimentos (...) Vejam a situação dos povos Yanomamis, vejam todo o dinheiro que foi usurpado que era para ir para os Yanomamis e não foram. Foi para onde esse dinheiro? Vejam o dinheiro que era para ir para as universidades e que foi cortado. A gente está falando disso quando a gente fala de Bolsonaro no poder. E a gente está falando de uma retomada da possibilidade da gente andar nas ruas quando Lula retoma o governo. E dizer que o povo brasileiro, nesse contexto (...) E a gente também tem que dar um salve para a nossa força, um salve para a nossa resistência, porque não foi fácil ganhar as eleições, não foi fácil. E foi cada um aqui que acreditou na universidade, que acredita que as pessoas têm direito de viver, independente da forma como se coloca no mundo. Foram essas pessoas que fizeram a campanha acontecer, diante de um quadro de completa venda do Estado brasileiro, para ganhar as eleições em cima de poder financeiro e de dinheiro. Que o que houve de compra de votos de prefeitos, de parlamentares, da população de uma forma geral, toda a bancada de negociação que aconteceu, o processo não foi pequeno não, foi bastante.

Então, o racismo, o machismo, a LGBTfobia, a desigualdade social, são a base de um terreno fértil do fascismo e, quando a gente está falando do dia 8 de janeiro, a gente está falando de fascismo, não é outra palavra. Aqui a gente “abrasileirou” de bolsonarismo, mas a palavra correta é fascismo. É um neofascismo. É uma nova maneira de destruir aquilo que é diferente. Quem foi o alvo durante esse período todo? Foram as mulheres, foram os indígenas, foram os negros, as LGBTQIAP+, a educação (que a educação liberta), os terreiros, as religiões de matriz africana. Existiram alvos específicos nesse processo de fascismo. Então a gente ter rompido com isso tudo (...) Eles tendo o governo na mão e a máquina legal na mão, diz muito a respeito do povo brasileiro sim. E diz muito dessa diferença e dessa necessidade dos povos lutarem por direitos, por direito à existência, por direito a ser feliz, por direito à moradia, por direito a ser mulher, por direito de viver, sem uma vida com violência, por direito de andar na rua, sem ter medo de levar uma surra porque você é travesti, porque você é uma trans, diz respeito a isso.

Então, vendo toda essa percepção, nós que fazemos parte dos movimentos sociais populares, desde o início nós nos juntamos a partir de frentes, frente Brasil popular, frente do povo sem medo, para tentar defender a democracia no Brasil,



porque desde já a gente percebia, desde aquele golpe contra a Dilma, que algo grave estava em curso para acontecer no Brasil. Agora a vitória de Lula não resolveu, tanto não resolveu (...) Ana Lia estava falando aqui, da estrutura da universidade, da sala que pinga, do teto que cai, mas tem uma coisa que é pior, é o professor que é fascista que tá aqui. Isso é contraditório, mas existe. É o médico que é contra a vacina.

O fato de a gente ter ganhado as eleições, de ter mexido no jogo, não resolve a questão. A gente precisa enfrentar tudo isso que está pela frente, todos esses desafios, agora de uma maneira mais confortável, porque a gente sabe que não vai ser eliminado. Não há chance de eliminação tão latente quanto antes (os nossos corpos que eu falo). Então é enfrentar tudo isso, é julgar e punir. Porque não dá para anistiar. Não dá para anistiar quem comete vandalismo e terrorismo. Não dá para anistiar quem diz “eu vou meter uma bala na sua cabeça”. Isso é ameaça, é crime. Tem que julgar e tem que punir. E a gente tem que se preparar para isso, cobrar esse julgamento e essa punição, porque o que é crime precisa de julgamento, precisa de sentença. E é essa energia que a gente está cobrando, que a gente vem discutindo e, é dentro desse contexto, que a gente vem se colocando no sentido de dizer que sem democracia não há espaço para a nossa existência. Fica a lição para a gente: sem democracia não há espaço para a nossa existência. Provavelmente mais quatro anos de um governo antidemocrático, muito mais de nós iríamos morrer, muito mais mulheres sofreriam violência, violência doméstica, sem o “180” funcionando, sem recurso nenhum na Secretaria das Mulheres. Uma série de genocídios silenciados iriam acontecer, iriam acontecer de forma aceitável perante uma parcela da sociedade que acha normal mulher ser estuprada, que acha normal negro e negra sofrer racismo, que acha normal LGBT morrer espancado no meio da rua.

Então, ao mesmo tempo que a gente precisa entender a nossa resistência, a gente precisa compreender o tamanho do desafio que a gente tem pela frente e o tamanho da importância dessa universidade e do curso de Direito na defesa de um Estado Democrático de Direito e na defesa de povos (...) Povos que possam se autodeterminar, de pessoas que possam se autodeterminar e ter acesso a direitos. Falar em democracia é falar em acesso a direitos e, falar de crise democrática, é falar de um momento que nós não temos acesso ao que é nosso por direito, não temos esse acesso. Então, é nesse sentido que nós, movimentos sociais populares, estamos analisando esse momento e percebendo que no mundo inteiro as



democracias estão sob ataque e, ao mesmo tempo, percebendo que a gente precisa se organizar, a gente precisa avançar, a gente precisa se fortalecer, a gente precisa entender que o povo e, só o povo organizado em luta, consegue lutar pelos seus direitos, conquistar os seus direitos e manter a democracia viva e avançar para um outro sistema que não seja esse que degrada, que mata, que polui, que exclui e que entristece tanto a todas nós e a todos nós.

Acho que é um pouquinho nessa direção, obrigada!

